



Reunião ordinária pública

Ata n.º 27/2019

Data: 2019-11-11

Início: 14.31 horas

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 15.45 horas

Presenças:

Vice-Presidente Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Vereadores José Manuel Mendes Delgado

Célia Maria Nunes Azevedo Bonet

Filipa Alexandra Ferreira Fernandes

Luís Manuel Monteiro Ramos

Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

A Sra. Presidente faltou à reunião para participar em reunião da Rede de Judiarias de Portugal - Rotas de Sefarad, que se realiza em Alenquer.

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:

BALANCETE

N.º 01 – MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2020
(69/PPRC/PR/2019)

PROPOSTAS:

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:

N.º 02 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – BMW Club Motorrad Fans Portugal
(6706/ENTE/DAJA/2019 - 24/DIVER/PR/2013)

N.º 03 – CEDÊNCIA DE VIATURAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019 (71/PGEN/PR/2019 - 15/DIVER/PR/2013)

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (68/PPRC/PR/2019)



- GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR "TOMARINVESTÉ":-----**
- N.º 05 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – EXERCÍCIO DO DIREITO DE REVERSÃO DO LOTE 69 (603/ENTE/DAJA/2019 - 8/DIVER/DAJA/2019)-----**
- N.º 06 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - ALIENAÇÃO DE FAIXA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL (2992/ENTE/DAJA/2019) -----**
- GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM:-----**
- N.º 07 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – outubro de 2019 (12/PGEN/GCI/2019)-----**
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 08 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO PARA ABASTECIMENTO DO AUTOCARRO DO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR (16/PAIN/DEISA/2019)-----**
- N.º 09 – CEDÊNCIA GRATUITA DE AMBULÂNCIA MATRÍCULA 38-EP-66, MARCA VOLKSWAGEN, AO MUNICÍPIO DE TOMAR (6509/ENTE/DAJA/2019 - 250/VIATEQ/DOM/2017)-----**
- N.º 10 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DA FACHADA DO CONVENTO DE SANTA IRIA – receção definitiva (5405/ENTE/DAJA/2019 - 166/CONPUB/DOM/2014)-----**
- N.º 11 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DE PAREDES DO CONVENTO DE SANTA IRIA – receção definitiva (5404/ENTE/DAJA/2019 - 166/CONPUB/DOM/2014)-----**
- DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----**
- N.º 12 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Ginásio Clube de Tomar (3679/ENTE/DAJA/2019 - 1/APOIOS/DADJ/2019) -----**
- N.º 13 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais (754/ENTE/DAJA/2019 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----**
- DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----**
- N.º 14 – LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas (6723/ENTE/DAJA/2019 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----**
- N.º 15 – LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas (318/AGEN/DAJA/2019)-----**
- N.º 16 – LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas (6616/ENTE/DAJA/2019 - 1/AUTLIC/DAJA/2019)-----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**



N.º 17 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE TOMAR 2019
(16/ESPP/DGT/2019)-----

**N.º 18 – PROPOSTA DE REVISÃO DO ZONAMENTO AO ABRIGO DO ARTIGO 62.º DO
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE OS IMÓVEIS** (6703/ENTE/DAJA/2019 -
407/DIVER/DGT/2015)-----

N.º 19 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE HABITAÇÃO PARA EQUIPAMENTO – MUSEU
(1404/ENTE/DAJA/2019) -----

N.º 20 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – BTMG, LDA (120/JUEL/DGT/2018 -
77/EDIF/DGT/2018)-----

N.º 21 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(136/PGEN/DGT/2016 - 253/EDIF/DGT/2016)-----

EXPEDIENTE:-----

**N.º 22 – RAMAIS DE LIGAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS EM CHARNECA DA
PERALVA, FREGUESIA DE PAIALVO** (6640/ENTE/DAJA/2019 - 1/ENTEXT/PR/2013) -----

N.º 23 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Cáritas de Tomar
(6871/ENTE/DAJA/2019 - 15/DIVER/PR/2013) -----

**Sendo catorze horas e trinta e um minutos, o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a
reunião e, na ausência de publico inscrito para atendimento, deu início ao “Período
de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----**

O Sr. Vereador Hélder Henriques deu nota de que, no dia dezanove, vai ter início o
desbaste das grevílias do cemitério de Marmelais que, pelo seu grande porte, constituem risco
para os jazigos e para quem visita o espaço; no dia seguinte, irão dar início ao corte dos
amieiros que estão secos em frente ao parque de estacionamento dos correios, que serão
substituídos por espécies com perfil adequado ao local, como a gingko biloba, que já existe na
zona norte da avenida Marquês de Tomar.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes informou que, no dia quinze, decorrerá, na tenda do
mercado, a segunda edição da festa do marmelo e da abóbora, organizada pelo município, em
parceria com a Rede Social, com o intuito de aproveitamento de recursos endógenos do
concelho e de valorização do associativismo local. Referiu que, este ano, as associações
puderam apanhar e aproveitar os marmelos da Quinta dos Marmelais para confeccionar os
produtos que serão apresentados e vendidos. Deixou o convite a todos aqueles que queiram
apoiar as associações e instituições sociais do concelho.-----



O Sr. Vereador Luís Ramos perguntou se a obra da ecovia entre a Arrascada e o Prado se encontra concluída e pronta a ser utilizada.-----

O Sr. Vice-Presidente informou que a obra não está terminada e tem tido alguns problemas desde início, talvez porque o próprio projeto, que já existia e foi aproveitado pela atual liderança, tinha algumas deficiências, a começar no facto de o traçado atravessar terrenos particulares, estendendo-se a alguns conceitos base que se revelaram muito académicos, e até aos materiais utilizados; há pouco tempo, estava por concluir um troço na zona mais próxima da Pedreira, onde era necessário executar um passadiço para uma zona agrícola privada, a par de algumas situações de sinalização e de marcação de linhas que, durante a obra, se verificou haver necessidade de correção, até por questões de segurança, mas, neste momento, não sabe qual é exatamente a situação desses trabalhos. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos procedeu à apresentação de uma proposta para adesão ao Programa Cheque Veterinário, lançado pela Ordem dos Médicos Veterinários. -----

O Sr. Vice-Presidente referiu a necessidade de apresentação formal da mesma, para agendamento da respetiva discussão e votação. Adiantou que, há cerca de um ano e meio, quando o cheque veterinário foi publicado pelo Governo, consultaram, informalmente, as clínicas veterinárias do concelho para avaliar da sua disponibilidade para aderir e, também, o que seria possível fazer com o valor do cheque, o que lhes permitiu concluir que teria efeitos práticos muito diminutos; não será por acaso que só aderiram pouco mais de trinta municípios, mas poderão fazer uma nova avaliação. Aproveitou para informar que, em resultado do procedimento concursal aberto para o efeito, tudo indica que, a partir do próximo dia um de dezembro, terão uma nova médica veterinária municipal, o que irá permitir que esta e outras questões possam começar a ser trabalhadas de outra forma. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos apresentou uma proposta para valorização da Barragem do Carril, que não está a ter um aproveitamento muito grande naquilo para que foi projetada. ---

O Sr. Vice-Presidente disse que a proposta será objeto de discussão e votação, logo que seja apresentada formalmente. Referiu que aquilo que nasce torto, tarde ou mal se endireita, e que é provável que seja muito difícil conseguir o que, na altura, não foi previsto, nomeadamente a questão turística, até porque, por várias razões mais técnicas, os banhos na barragem não são de todo aconselhados. Referiu que já não era mau que a função agrícola pudesse ser bem conseguida, mas isso também depende muito dos proprietários e de outras questões que se colocam há anos. -----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que o Web Summit é um desígnio do futuro e do



presente, um evento que tem uma dimensão única e que coloca o país no palco mundial, e que é preciso que Tomar e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo estejam atentos para poderem beber deste desígnio que, hoje, é incontornável. Referiu que a quarta geração industrial, a inteligência artificial, a internet para todos, a informação na hora, as tecnologias de informação e de comunicação são uma realidade e que o desafio que se coloca às empresas, nos diversos níveis, e ao Estado, nas suas diversas componentes, é acompanhar estas novas tecnologias e a informação digital; precisam de estar atentos e na primeira linha porque, hoje, ao nível da segurança e saúde no trabalho, por exemplo, já é possível substituir o trabalho penoso, os ambientes perigosos e com substâncias perigosas, por máquinas, substituir aquilo que é o acidente eminente que provoca danos sociais muito graves nas famílias e tem custos sem dimensão quando ocorrem acidentes brutais. Referiu que têm que caminhar para conseguir aliar o desenvolvimento, a sustentação das cidades e das famílias, e até da fixação de população em Tomar porque, com esta nova realidade, há muito trabalho que se pode fazer a partir de casa; Tomar e a Comunidade Intermunicipal têm que conseguir acompanhar a era digital, a inteligência artificial, a informação na hora, as TIC, porque só assim vão conseguir evoluir; a regeneração urbana e a requalificação dos espaços é muito importante, mas não chega; têm que criar riqueza e desenvolvimento e só o conseguem se forem os melhores e para isso têm que acompanhar os novos desafios. Referiu que estão a viver a quarta revolução industrial com um ritmo alucinante e que as grandes empresas já estão posicionadas a esse nível; é preciso olhar os desafios e as inovações que apareceram nesse evento, coisas com inovação, com querer, com desafios para o futuro, que também querem para Tomar, porque só terão dimensão se conseguirem apanhar esta realidade, não esquecendo que já se fala na quinta revolução industrial, que hoje o ritmo é de meia dúzia de anos e não de cem, e é importante que tenham a capacidade de acompanhar esta realidade, para atrair empresas qualificadas, para dar empregos qualificados e não dar empregos com base no ordenado mínimo; têm que atrair esta nova geração de empresas e só o conseguem estando na primeira linha, e têm capacidade para lá estar, mas têm que criar os instrumentos e os mecanismos para acompanhar esta realidade; as coisas mudaram e não têm retrocesso; há desigualdades imensas a nível mundial, que são criminosas, e ninguém percebe, mas, para quererem mais justiça social, uma classe média equilibrada, têm que estar na primeira linha e acompanhar esta realidade que não vai ter pena de quem não a souber acompanhar; vão ter que criar os mecanismos e os instrumentos para trazer para Tomar emprego qualificado, empregos que criem riqueza, porque, aí sim, em conjunto com os Templários, e tudo aquilo



6

que é histórico e cultural em Tomar, irão ser novamente uma referência; é este o grande desafio que têm que abordar e enfrentar, sem receio. -----

O Sr. Vice-Presidente referiu que estas são as preocupações de um mundo cada vez mais rápido, que a todos incomodam, mas, por vezes, ao nível das autarquias, é difícil conseguir acompanhar, pelo menos quando o trabalho de casa não foi feito ao longo de anos; cada vez mais, as empresas procuram um local onde tenham tudo pronto para se instalar, como têm verificado muitas vezes, quando recebem indicação de que há empresas à procura de sítio para se instalar, diretamente ou através dos contatos estabelecidos no AICEP e noutras entidades; em Tomar, não têm edifícios aptos a receber essas empresas de um momento para o outro e é essa a realidade que têm que preparar, percebendo que esse é o mundo de hoje; ainda não há muito tempo, recebeu uma empresa com uma perspectiva de chegar aos cem postos de trabalho, que procurava um concelho para se instalar, com um edifício pronto para o mês seguinte ou pouco mais, de acordo com as condições elencadas em caderno de encargos onde até definia onde estavam as tomadas para ligação de Internet; não havia edifícios públicos e não encontraram edifícios particulares que pudessem enquadrar-se nesse perfil; esta é a realidade da maioria das empresas que entra até em competição entre municípios; noutros locais, os espaços existem porque foram preparados ao longo de anos e têm que se saber preparar e adaptar, para o presente e para os anos próximos. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que o Sr. Vice-Presidente se continua a desculpar que o passado não foi amigo e que estão sempre numa situação difícil porque, no passado, não se tomaram as medidas que deveriam ter sido tomadas, sendo certo que, agora, ao fim de uma governação de muitos anos, já podiam ter invertido essa situação. Frisou que, ao longo dos últimos anos, o PSD tem alertado para a necessidade de criar condições para que as empresas se possam instalar e o que é um facto é que pouco, ou nada, foi feito nessa área e que apenas existem planos e projetos para se fazer no futuro. Referiu que tiveram conhecimento pela comunicação social que o grupo Vila Galé vai comprar o edificado do Convento de Santa Iria e do antigo Colégio Feminino, assunto que ainda não foi submetido à Assembleia Municipal; já ouviram várias versões sobre o assunto, sabem que existem outros interessados que oferecem condições substancialmente mais vantajosas para o município e pretendem saber qual é o ponto da situação, o que é realidade e não é, o que é que está a acontecer e o que é que vai acontecer num futuro próximo. -----

O Sr. Vice-Presidente referiu que não pretendeu atacar ou apontar a quem quer que fosse, limitando-se a constatar o facto de que, hoje, as grandes empresas que contactam as Câmaras,



7

ou são por estas contatadas, apresentam as condições e ou as têm ou não; apenas pretendeu demonstrar a realidade, até para que continuem a preparar-se o melhor possível para o presente e para o futuro, mas, perante o que foi dito, não pode deixar de dar nota de que há muito trabalho feito nos últimos cinco anos; em relação à zona industrial, por exemplo, procederam à revisão do regulamento que existia desde os anos oitenta, completamente desatualizado; diminuíram o preço dos lotes fixando o preço em cinquenta cêntimos o metro quadrado, enquanto antes era por deliberação da Câmara, caso a caso, chegando a haver lotes a onze euros o metro quadrado, entre outras regras que foram alteradas; começaram a exercer o direito de reversão em relação a muitos lotes que, ao longo dos anos, foram entregues a empresas e os projetos não foram executados; o cidadão comum que não conhece estes meandros e passa na zona industrial vê que há lá muito espaço vazio, mas a verdade é que, em termos legais e formais, não há; os lotes estão todos entregues e, se têm conseguido entregar espaços a novas empresas, é porque, no mandato anterior, começaram a fazer esse trabalho, que nunca tinha sido feito; é trabalho que não se vê, que obriga a diálogo com os empresários, que dá chatices e processos em tribunal. Salientou que os Srs. Vereadores já viram o projeto para um novo edifício no campus do Instituto Politécnico de Tomar, para permitir a instalação de novas empresas ligadas às novas tecnologias e o alargar da própria Softinsa/IBM e da Critical Software que já estão em Tomar. Sobre a questão do Convento de Santa Iria e do antigo Colégio feminino, referiu que os Srs. Vereadores não souberam da situação pela comunicação social porque tiveram reuniões sobre o assunto e foram sempre mantidos informados do que se estava a passar, apenas não foi tornado público porque não era o momento; a questão tornou-se pública porque o proprietário da Vila Galé a referiu em entrevista que deu ao Expresso. Referiu que não podem dizer que souberam pela comunicação social porque sabem praticamente tudo em relação a Vila Galé, nomeadamente numa reunião que teve lugar no início de setembro, que até originou que tivessem chegado atrasados a uma reunião deste órgão; neste momento, pode haver algum avanço que não conheçam, mas sabem que o concurso ficou deserto e que o trabalho não parou aí; o próprio procedimento previa que, não havendo propostas, pudessem iniciar um trabalho de negociação direta com os possíveis investidores para conseguir alcançar aquele que julga ser o objetivo de todos, ou seja encontrar uma solução para o edifício que, há anos, carece de uma intervenção e, acima de tudo, a sua contribuição para a economia local, desde logo a criação de postos de trabalho; nessa reunião, com o acordo de todos, foi decidido que a questão do tempo também era importante; iniciaram logo conversações com as duas entidades que, durante as fases do



procedimento, tinham mostrado mais interesse e, na perspetiva do município, do júri do concurso e dos seus serviços, maior seriedade na apresentação das questões, até ao momento em que uma das entidades perdeu um pouco o interesse pela modalidade que estava em cima da mesa, porque, sabe-se agora, está a mostrar interesse numa outra situação que está por resolver há muito anos na cidade; ficou a Vila Galé, como aquele que apresentava, a vários níveis, melhor perspetiva para a resolução da situação do edifício e em termos de contribuição para a economia e criação de postos de trabalho, e os Srs. Vereadores também concordaram em relação a isso. Referiu que, recentemente, depois de se saber publicamente que havia um interessado e valores em cima da mesa, apareceu alguém a dizer que até dava mais do que isso; presume que ainda possam aparecer mais, mas a verdade é que, durante a fase de concurso, não houve a mínima demonstração de interesse pelo procedimento. Saliu que o município pode ficar eternamente à espera que a coisa se resolva por si, ou pode definir um caminho e percorrê-lo, entre outras opções possíveis, sendo que, neste momento, estão a ser ultimadas as últimas questões jurídicas, nomeadamente sobre o interesse agora manifestado por outra empresa (presume que estejam a falar do mesmo caso) e perceber se deve haver algum acolhimento desse interesse, que, diga-se, não é substancialmente maior - era, da forma como foi dito inicialmente, mas, do que foi dito em reunião, já não é assim, já tem mais nuances - além de que o tempo, a capacidade de investimento e a marca associada também representam valor e é importante que as avaliem até porque se a situação não for resolvida em breve, é provável que o município tenha que voltar a gastar no espaço umas centenas de milhares de euros; no mandato anterior, gastaram cerca de duzentos mil euros em obras para salvaguardar fachadas, telhados e pintura; na gestão anterior devem ter sido gastas outras centenas de milhares em manutenção, fora aquilo que, erradamente, como disse nessa altura, se gastou na expropriação e aquisição daquele edificado, que só traz problemas ao município. Assegurou que o que pretendem é que deixe de trazer problemas e acrescente à comunidade, e que, tal como foi transmitido, o que vier a acontecer será presente a este órgão e submetido à Assembleia Municipal; aguardam o esclarecimento jurídico de alguns pormenores, mas querem muito acreditar que tudo estará resolvido o mais possível até ao final do corrente ano civil, precisamente para que não se perca mais tempo. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que as perguntas que colocou são pedidos de esclarecimento e não críticas, mas é importante esclarecer que o que lhes foi dito na reunião informal que tiveram foi que estavam em negociação com o grupo Vila Galé e que o negócio estava a ser estudado, tendo sido dito pela Sra. Presidente que iria ser analisado do ponto de



9

vista jurídico e que depois seriam informados; tiveram conhecimento que o negócio estava a ser analisado, mas não tiveram conhecimento que o negócio tinha sido fechado, como agora é dito na comunicação social, e são coisas completamente diferentes; nessa reunião, foi questionado qual era a posição dos vereadores do PSD, mas não lhes foi dito que havia mais interessados ou que o negócio estava fechado; os valores que foram falados também não são aqueles que agora são adiantados na comunicação social; daí ter perguntado o que é verdade e não é; fala-se em setecentos mil euros e há uma oferta de oitocentos e cinquenta mil, mais setenta e cinco mil de prémio, o que representa um diferencial de trinta e dois por cento, o que não é insignificante; existem estas dúvidas todas e entenderam que deviam ser esclarecidos; não estão a dizer que não são favoráveis ou que são favoráveis ao negócio, até porque ainda não têm dados concretos que possam analisar; estão a falar de uma diferença significativa de valores, ao contrário do que o Sr. Vice-Presidente disse; embora, na altura, tenham assumido que o valor não é a única coisa que deve ser ponderada, o que mantém, a verdade é que, no concurso, o montante era o único fator de avaliação; aquilo de que os incumbem agora é de saber exatamente o ponto da situação e se há um negócio fechado; o que leem é que o grupo Vila Galé vai abrir em Tomar, sem que tenha vindo sequer à reunião deste órgão, e a diferença de valores é muito significativa de uma oferta para a outra; tudo isto é sobre o que se ouve dizer e daí gostarem de ver isso esclarecido para que não se inventem valores e não se inventem posições que, depois, não correspondam à realidade. -----

O Sr. Vice-Presidente frisou que, na altura, foi conversado com os vereadores o ponto da situação e se pretendeu auscultar o seu entendimento para poder continuar, nomeadamente sobre os valores que aceitavam negociar e os procedimentos para o efeito; isso foi combinado entre todos e foi em função dessa conversa que, a partir daí, o procedimento continuou; não era para ser público até vir à reunião do órgão, não havia qualquer interesse nisso, até porque deve ser aqui que, o mais possível, as questões se tornam públicas, mas o proprietário da marca Vila Galé, numa entrevista ao Expresso refere-o; é quase uma questão marginal, mas o semanário dá-lhe destaque e é ela que sai para fora; não deixa de ser publicidade a Tomar e, mais uma vez, Tomar está na moda; se calhar, foi por isso que o Expresso lhe deu destaque; é uma questão pequenina na entrevista, mas foi isso que fez manchete e tornou público o assunto, o que não era previsível ou estava definido até vir à reunião da Câmara. Frisou que tudo o que foi tratado foi articulado entre todos e que o negócio não está fechado; há um acordo de palavra com os investidores com a ressalva de que tem que vir obrigatoriamente à Câmara e, em princípio, à Assembleia Municipal, e há ainda que alinhar alguns pormenores



jurídicos; acreditam que não tenha problemas de maior, mas, até terem o parecer jurídico, têm que deixar um se; se não houver qualquer problema de ordem jurídica, o negócio está apalavrado e será concretizado o mais possível até ao final do ano. Referiu que, depois de, publicamente, aparecer alguém a dizer que dá "x", é muito fácil aparecer alguém a dizer que também dava, ou até dava mais; está convencido que até vai aparecer mais um ou dois casos, mas a verdade é que, quando o árbitro apitou para o jogo começar, ficaram na bancada a achar que não ia acontecer nada; têm que ter a noção que é um bocadinho à português, e à tomarense, como tem acontecido em muitas outras situações, ao longo dos anos; conhece a pessoa pessoalmente, mas as coisas são como são, e amigos, amigos, interesse público à parte; também não seria muito correto da parte do município, depois do trabalho todo que os outros fizeram (havia duas entidades particularmente interessadas que fizeram o seu trabalho, nomeadamente levantamentos topográficos, estudos, pré projetos, para que não decidissem do nada) aparecer alguém a dizer que dá mais cem mil euros, ou isto ou aquilo, ou que encontrou o Vice-Presidente numa festa, num dia qualquer, e até lhe falou nisso; isto não é sério e não é assim que as coisas podem funcionar; assuntos desta natureza têm que ser tratados em momentos formais, por muito amigos e conhecidos que sejam todos uns dos outros.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet realçou que, tal como disseram na reunião informal, o que querem é resolver o problema; o interesse mantém-se, mas queriam saber qual era o ponto da situação atual, ou seja se o negócio foi fechado e não sabiam, ou se se mantinha a situação de que foram informados na reunião informal. Clarificou que, nessa reunião, os vereadores do PSD manifestaram o interesse que têm em resolver a situação porque é benéfico para Tomar e aguardavam o apoio legal que têm que ter nessa decisão; irão decidir politicamente aquilo que entendem ser melhor para Tomar, com a base legal que tiverem na altura.-----

O Sr. Vereador José Delgado recordou que o município de Tomar anda com este problema há mais de uma dezena de anos, que tem sido um elefante branco para Tomar, sendo certo que é uma zona expetante, degradada e com potencial imenso para criar riqueza e mais emprego em Tomar; também é verdade que só existe uma lei de contratação pública e que tudo o resto são nuances e têm que saber separar a situação política da realidade em termos de contratação pública; o concurso ficou vazio com o preço de um milhão, trezentos e cinquenta mil euros, e a lei permite que haja ajuste direto; o ajuste direto existe para responder a propostas que existam sobre aquela situação; o negócio foi-lhes apresentado pela Sra. Presidente com a explicação de que havia duas empresas, mas só uma delas,



precisamente a Vila Galé, apresentou proposta como um todo, e que havia a possibilidade de fazer um ajuste direito face à lei da contratação pública; na campanha eleitoral, sempre disseram que o importante era desenvolver aquele espaço, devolvendo-o à cidade, e, através dele, requalificar a zona, criar mais emprego e mais riqueza, fixando mais pessoas em Tomar; é este o mote dos vereadores do PSD e esta é uma oportunidade para que isso aconteça, e disseram nessa reunião que consideravam a Vila Galé uma marca de excelência, a nível nacional e internacional, de alto nível, de que também viria para Tomar uma mais valia; a partir daí, as negociações continuaram e perderam um pouco aquilo que se estava a passar, mas o que querem é que a requalificação do espaço seja um realidade e que a situação se resolva com transparência e à vista de todos, para que não haja dúvidas para ninguém. Referiu que também é verdade que, depois de casa assaltada, vêm todos os homens da segurança oferecer soluções, mas, antes, muitas vezes não se chegaram à frente. Salientou que, em termos de contratação pública, o que vale é o que entra no tempo adequado e que a lei e os juristas, os da Câmara e os que forem consultados, dirão de que lado está a razão; o que querem é que isto seja um sucesso; para si, o valor de encaixe da Câmara é secundário, porque o que pretendem é que o espaço seja uma mais valia e uma marca para Tomar, crie emprego qualificado e mais dignidade para um espaço que está há tempo demais em degradação.-----

O Sr. Vice-Presidente referiu que o que importa é que a situação se resolva, nem que fosse a custo zero, para usar uma expressão que o Sr. Vereador José Delgado utilizou nessa reunião; têm que tentar que o município encaixe o maior valor possível, mas, na sua opinião, o primeiro e último objetivo tem que ser a reabilitação do edificado para que, rapidamente, possa contribuir para a economia tomarense. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia oito de novembro de dois mil e dezanove, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e dois euros e trinta e nove cêntimos (2.689.752,39€) em Operações Orçamentais, e duzentos e setenta e três mil, trezentos e dez euros e dez cêntimos (273.310,10€) em Operações Não Orçamentais.-----

N.º 01 – MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2020-----



Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal o mapa de pessoal dos serviços municipais para o ano de 2020, nos termos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter o referido mapa a aprovação do órgão deliberativo, nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – BMW Club Motorrad Fans Portugal-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 432/2019 da Presidência, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento das tarifas pela utilização de lugares de estacionamento tarifado na Ermida de Nossa Senhora da Conceição, no dia 17 de novembro, por período estimado em uma hora, no âmbito do passeio de motociclos BMW, integrado nas comemorações do nono aniversário do Clube BMW Motorrad Fans Portugal.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento das tarifas, ao abrigo do artigo 10.º do regulamento de estacionamento tarifado de duração limitada no Terreiro de D. Gualdim Pais e na Ermida de Nossa Senhora da Conceição. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 03 – CEDÊNCIA DE VIATURAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 447/2019 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal as cedências do autocarro e de carrinha do Município no mês de outubro.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 499,55€ (quatrocentos e noventa e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----



N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em outubro pela Sra. Presidente, ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR "TOMARINVESTE":-----

N.º 05 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – EXERCÍCIO DO DIREITO DE REVERSÃO DO LOTE 69-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 111/2019 do Gabinete de Apoio ao Investidor "TomarInveste", submetendo a aprovação do Executivo Municipal a reversão do lote 69 do Parque Empresarial de Tomar, e a revogação da deliberação tomada a 4 de fevereiro, que aprovou a respetiva alienação a Telmo Dionísio Unipessoal, limitada, em regime de propriedade plena, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou exercer o direito à reversão do lote 69, ao abrigo do disposto no artigo 24.º do regulamento do Parque Empresarial de Tomar, revogando a deliberação tomada a 4 de fevereiro de 2019, que aprovou a alienação em regime de propriedade plena, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 111/2019 do Gabinete de Apoio ao Investidor "TomarInveste", que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 06 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - ALIENAÇÃO DE FAIXA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 116/2019 do Gabinete de Apoio ao Investidor "TomarInveste", submetendo a aprovação do Executivo Municipal a alienação à Ribasabores, em propriedade plena, de faixa de terreno a poente do lote E, do qual é proprietário, com vista a uma futura alteração de loteamento para anexação desse lote aos lotes 2 ALT, 4 ALT e 74, assim que este passe para sua propriedade, nos termos e fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a alienação da referida faixa à Ribasabores, pelo valor aprovado pela câmara municipal para o ano de 2019 para a propriedade plena, que se cifra em 11,00€/m², aplicável a terrenos com área inferior a 1 hectare. -----

Mais deliberou dar conhecimento à assembleia municipal de que não haverá lugar à



desafetação da área do domínio público a que se refere a sua deliberação de 14 de junho, visto que se concluiu tratar-se de área sobranje da parcela original, e, portanto, do domínio privado. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM:-----

N.º 07 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – outubro de 2019-----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente referente ao relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação e Imagem durante o mês de outubro do corrente ano. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os apoios prestados, no montante global de 28,50€ (vinte oito euros e cinquenta cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----

N.º 08 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO PARA ABASTECIMENTO DO AUTOCARRO DO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 5872/2019 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a cedência de combustível para abastecimento do autocarro do União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, que assegurou a deslocação da Universidade Sénior de Tomar a Lisboa, no dia 25 de outubro, a que corresponde uma despesa de 245,09€ (duzentos e quarenta e cinco euros e nove cêntimos). -----

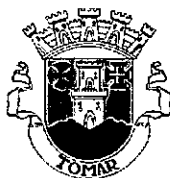
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o referido despacho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 09 – CEDÊNCIA GRATUITA DE AMBULÂNCIA MATRÍCULA 38-EP-66, MARCA VOLKSWAGEN, AO MUNICÍPIO DE TOMAR-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1124/2019 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação da cedência gratuita da ambulância matrícula 38-EP-66, da marca Volkswagen, pertencente ao Parque de Veículos do Estado. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a



doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DA FACHADA DO CONVENTO DE SANTA IRIA – receção definitiva -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 5907/2019 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto da vistoria para efeitos de receção definitiva da obra de recuperação da fachada do Convento de Santa Iria, adjudicada a Monumenta - Reabilitação do Edificado e Conservação do Património, limitada, e consequente liberação da caução, pelos fundamentos apresentados. ---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto da vistoria para efeitos de receção definitiva da obra e liberar a caução. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DE PAREDES DO CONVENTO DE SANTA IRIA – receção definitiva -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 5908/2019 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto da vistoria para efeitos de receção definitiva da obra de recuperação de paredes do Convento de Santa Iria, adjudicada a Monumenta - Reabilitação do Edificado e Conservação do Património, limitada, e consequente liberação da caução, pelos fundamentos apresentados. ---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto da vistoria para efeitos de receção definitiva da obra e liberar a caução. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 12 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Ginásio Clube de Tomar-----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 788/2019 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, relativa à utilização das instalações desportivas municipais no âmbito do Programa Férias Desportivas do Ginásio Clube de Tomar. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 13 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais -----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 786/2019 da Divisão de Associativismo,



Desporto e Juventude, relativa à utilização das instalações desportivas municipais no âmbito do projeto Junta Anima - Campos de Férias 2019, promovido pela Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 14 – LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 826/2019 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pelo licenciamento de ocupação de espaço público para realização de magusto, no dia 9 de novembro, conforme solicitado pelo Agrupamento 44 (Tomar) do Corpo Nacional de Escutas. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 15 – LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 4766/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pelo licenciamento de ocupação de espaço público para realização do II Torneio Esgrima Histórica Thomar, nos dias 16 e 17 de novembro, conforme solicitado pela Associação Thomar Honoris. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 16 – LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 4908/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pelo licenciamento de ocupação de espaço público para realização do Desfile do Caloiro, no dia 13 de novembro, conforme solicitado pela União Associativa de Estudantes do Instituto Politécnico de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do



pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 17 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE TOMAR 2019-----

Foi presente, para conhecimento, informação atualizada do estado de conservação dos edifícios localizados no Centro Histórico de Tomar.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 18 – PROPOSTA DE REVISÃO DO ZONAMENTO AO ABRIGO DO ARTIGO 62.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE OS IMÓVEIS -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 13582/2019 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação da proposta apresentada pela Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos, (CNAPU), ao abrigo do artigo 62.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis (CIMI), nos termos da informação n.º 13463/2019 da referida divisão.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a proposta apresentada, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE HABITAÇÃO PARA EQUIPAMENTO – MUSEU

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 13227/2019 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a alteração de uso do prédio urbano sito na rua Alexandre Herculano, n.ºs 61 a 63-A., União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos da informação n.º 13214/2019 da mesma Divisão.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a reconversão do uso habitacional para Equipamento – Museu, nos termos do artigo 24.º do Plano de Pormenor denominado «Projeto Global de conservação e recuperação do centro histórico de Tomar», face ao manifesto interesse coletivo, neste caso ao nível cultural, da pretensão.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – BTMG, LDA -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo 77/EDIF/DGT/2018, relativo a pedido de informação prévia acerca da viabilidade de



edificabilidade em parcela de terreno, sito em Algarvias, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 486/19871109, assim como da viabilidade da realização de um destaque na mesma parcela, requerido por BTMG, limitada, submetendo ao Executivo Municipal o prosseguimento do processo nos termos e fundamentos da informação n.º 11958/2019 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a realização de contrato para realização e manutenção das infraestruturas, nos termos da informação técnica n.º 11958/2019 da Divisão de Gestão do Território, que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 21 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 253/EDIF/DGT/2016, relativo à construção de um bloco habitacional em Porto Mendo, União das Freguesias de Madalena e Beselga, em que é requerente José Azevedo Godinho Flores, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento, nos termos e fundamentos da informação n.º 12307/2019 da Divisão de Gestão do Território.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia do interessado, se considera definitivamente declarada a caducidade do licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, conforme proposto na referida informação, que homologa. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE: -----

N.º 22 – RAMAIS DE LIGAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS EM CHARNECA DA PERALVA, FREGUESIA DE PAIALVO -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho gerado no seguimento da deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 21 de outubro, sobre os prazos, os procedimentos e os incentivos à requisição da ligação dos ramais de ligação de águas residuais domésticas na localidade de Charneca da Peralva, Freguesia de Paialvo, publicitado pelo Edital n.º 175/2019, de 28 de outubro.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o



despacho n.º 3322/PR/2019, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 23 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Cáritas de Tomar -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente às informações n.ºs 4900/DAJA/2019 e 4948/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal à Cáritas de Tomar, no dia 14 de dezembro, para deslocação a Alcochete, com o custo estimado de 566,00€ (quinhentos e sessenta e seis euros). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a cedência do autocarro municipal, com pagamento de portagens a cargo da entidade.-----

A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Vice-Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---
